



VII REUNIÃO DE MINISTRAS/OS RESPONSÁVEIS PELA IGUALDADE DE GÉNERO DA CPLP – Reunião de peritos/as

Desafios Para o Empoderamento da Mulher - Igualdade e Equidade de Género



masfamu.gov.ao
Ministério da Acção Social,
Família e Promoção da Mulher



Abril, 2022



SUMÁRIO EXECUTIVO

1

• INTRODUÇÃO

2

• ENQUADRAMENTO

3

• CONTEXTO NACIONAL

4

• CONCLUSÃO

5

• RECOMENDAÇÕES

6

• PERSPECTIVA





ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação “Portugal + Igual”

- Plano de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres;
- Plano de Ação de prevenção e Combate à violência doméstica e violência de género;
- Plano de ação de promoção dos direitos das pessoas LGBTI



**PORTUGAL
MAIS IGUAL**

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA
A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO
2018 - 2030



ESTRATEGIA DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES

- **Formação e capacitação de públicos alvo estratégicos;**
- **Promoção de condições de acesso das mulheres à educação e em concreto às áreas tecnológicas e digitais;**
- **Apoio à entrada e permanência das mulheres na política e na ocupação de cargos de tomada de decisão;**
- **Fortalecimento de políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e violência de género.**

+ procura de formas de financiamento nacional e internacional

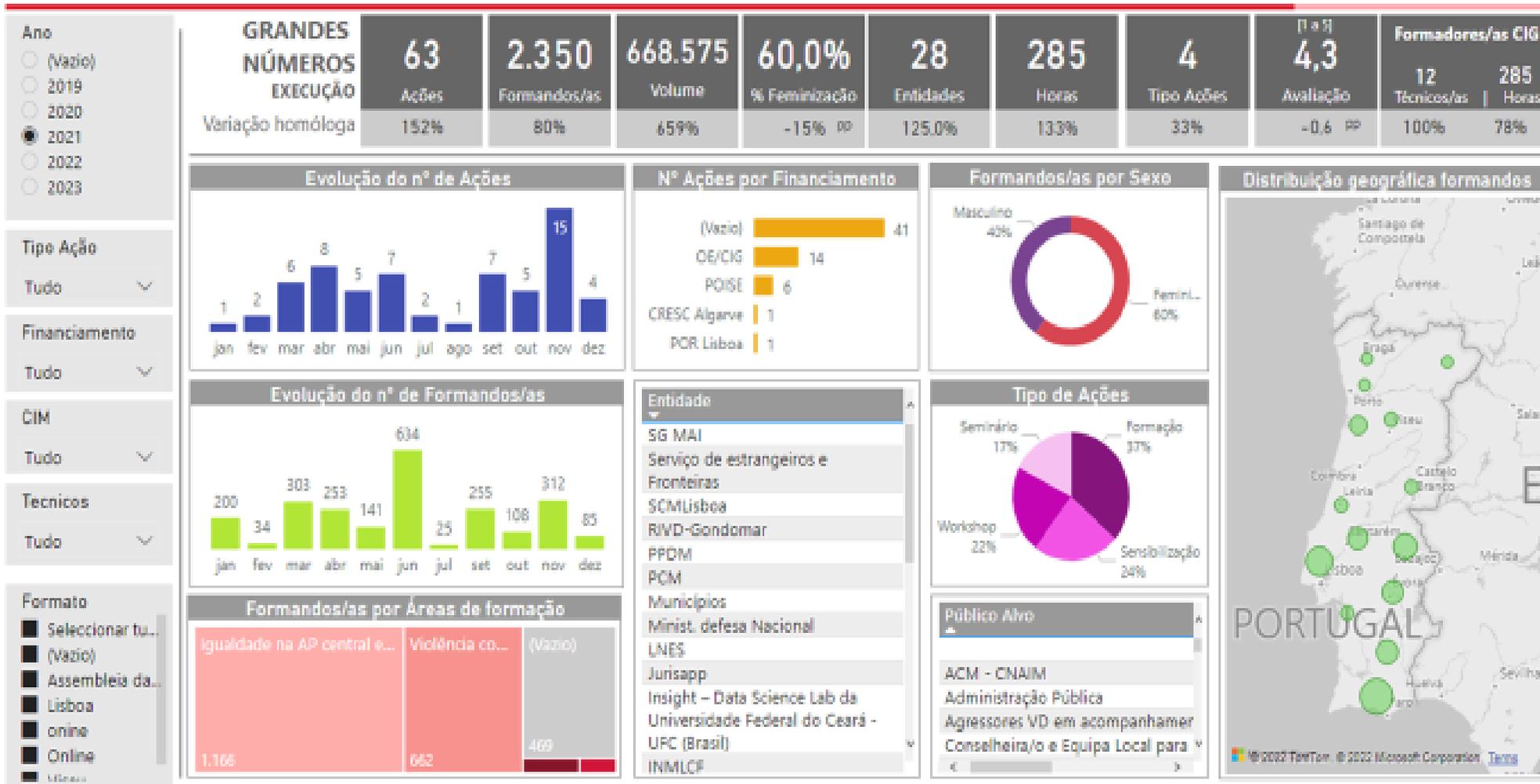


CIG Formação e sensibilização de Públicos Estratégicos - Execução

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros



Últimos dados: 27-01-2022



CONFIDENCIAL



CIG Territorialização - Protocolos CIG e Municípios

Últimos dados: 15-02-2022

Data Referênc...

- 15-02-2022
- 29-10-2021
- 15-07-2021
- 31-12-2020
- 22-11-2019
- 31-12-2018

Geração

- Seleccionar tudo
- Nova
- Sem protocolo
- Velha

PMI

- Seleccionar tu...
- Não
- Sim

Plano Formaç...

- Seleccionar tu...
- Não
- Sim

Grupos

- Seleccionar tu...
- G1
- G2
- G3

GRANDES NÚMEROS EXECUÇÃO

252

Protocolos

82%

%Municípios c/
Protocolos

80%

%Protocolos
Nova Geração

42%

%Municípios
com PMI

71%

%Municípios c/
Financiamento

178

Municípios c/
Financiamento

217

Conselheiras/os

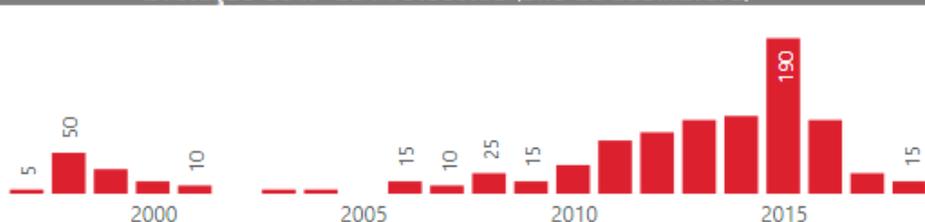
65%

%Municípios
Solidários

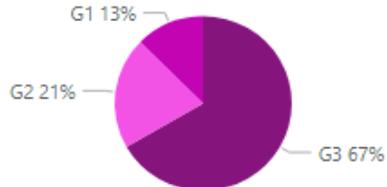
17%

%Municípios c/
Planos Formação

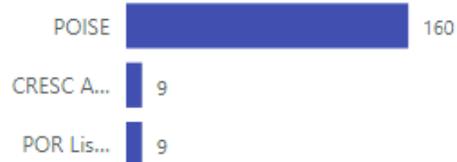
Evolução do nº de Protocolos (ano de assinatura)



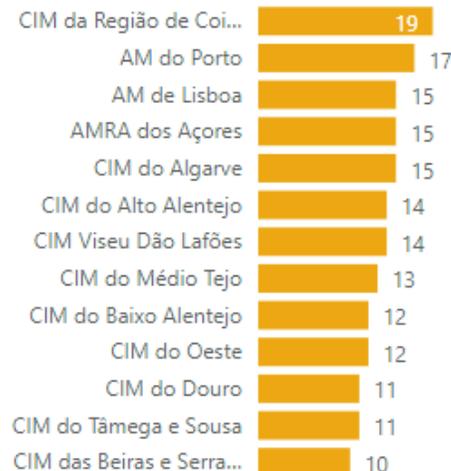
Protocolos por Grupo (1,2 e 3)



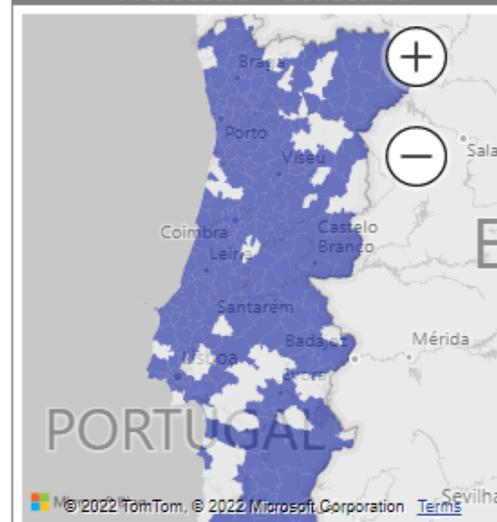
Municípios com Financiamento



Protocolos - CIM



Protocolos - Concelhos



Municípios sem intervenção:

56

Sem Protocolo

151

Sem PMI

50

Sem Renovação

77

Sem
Financiamento

Distrito

AVEIRO
BEJA
BRAGA
BRAGANÇA
CASTELO BRANCO

Concelho

Vouzela
Vizela
Viseu
Vinhais
Vimioso

CIM

AM de Lisboa
AM do Porto
AMRA da Madeira
AMRA dos Açores
CIM Alto Tâmega



Dia Internacional das Raparigas nas TIC – 27 de abril





As Mulheres no Parlamento e no Governo

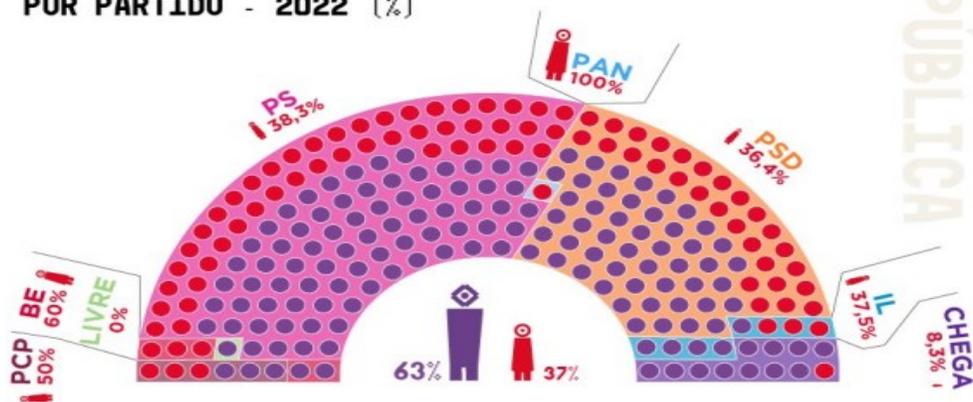
EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE MULHERES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - 1976 A 2022 (%)

Em 2022, as deputadas eleitas para a Assembleia da República representam 37% do universo global de pessoas deputadas (85 num total de 230).

40% é o limiar mínimo de representação de cada um dos sexos, estipulado pela Lei Orgânica n.º 1/2019, de 29 de março.



DISTRIBUIÇÃO DE ASSENTOS PARLAMENTARES DE HOMENS E MULHERES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR PARTIDO - 2022 (%)



© CIG | www.cig.gov.pt | Abril de 2022

DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES NO XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL (2022)

Dos 18 cargos ministeriais (incluindo o Primeiro Ministro) que compõem o XXIII Governo Constitucional,

50% são Ministras e 31,6% são Secretárias de Estado.



EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE MULHERES NOS DIFERENTES GOVERNOS CONSTITUCIONAIS 1976 A 2022 (%)

A participação das mulheres nos diferentes Governos passou de

1,9% em 1976 para 37,5% em 2022.



REPÚBLICA PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO DA IGUALDADE E MIGRAÇÕES



CIG



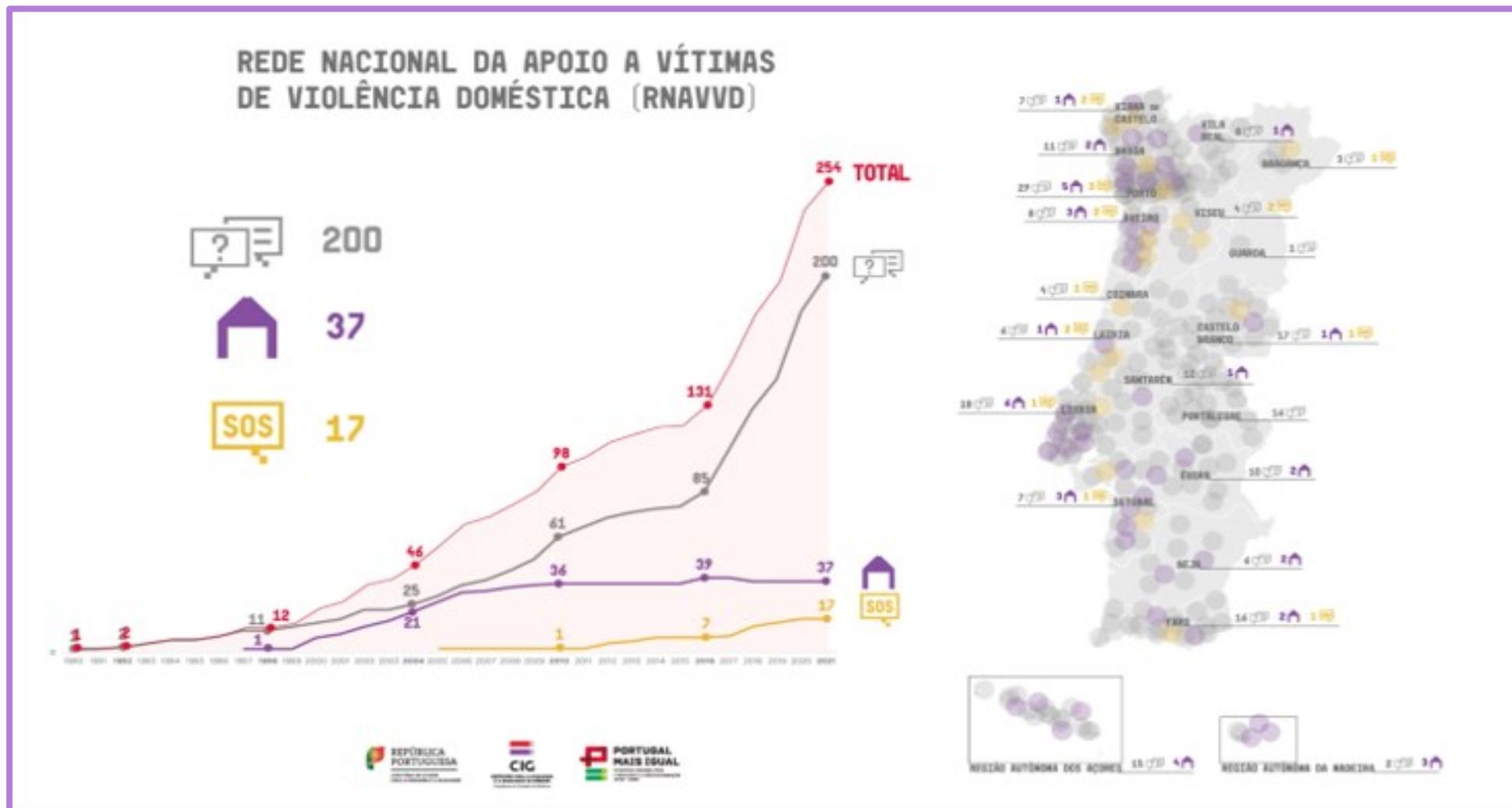
Aumento constante e progressivo da proporção de mulheres representadas nos Órgãos de Administração e Fiscalização nas Empresas cotadas em Bolsa.



Figura 40 - Proporção de mulheres nos Órgãos de Administração e Fiscalização nas Empresas cotadas em Bolsa 2017-2020 (%)



Coordenação da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica





NOVA RESPOSTA

RAP

Respostas de Apoio Psicológico para
Crianças e Jovens Vítimas
de Violência Doméstica

Lançadas em setembro de 2021, são as primeiras respostas especializadas de apoio psicológico e psicoterapêutico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica atendidas e/ou acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD).

São uma resposta ao impacto da violência doméstica contra crianças e jovens.

534

Crianças e jovens nas RAP entre setembro
de dezembro de 2021

62

Psicólogas/os

31

Equipas de apoio psicológico e
psicoterapêutico

2.500.000€

Dotação total do Programa Operacional de
Inclusão Social e Emprego



Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica

A medida de proteção por Teleassistência a vítimas de violência doméstica é uma forma específica de proteção, organizada em torno de um sistema tecnológico que integra um leque de respostas/intervenções integram o psicossocial e a proteção policial, por um período não superior a 6 meses, salvo se a entidade judiciária entender pela sua prorrogação, atualmente não pode ultrapassar 18 meses.



RECOMENDAÇÕES

- **Educar** para a igualdade entre mulheres e homens, destacando a pertinência, de educar para o empoderamento das raparigas e para o combate á violência de género, trabalhando com rapazes e raparigas
- **Empoderar economicamente** as mulheres e garantir que as mesmas tenham condições asseguradas de ingresso, permanência e sucesso ao mercado de trabalho
- Reforçar a **liderança das mulheres e a participação integral** e igual das mulheres no processo de decisão em todas as áreas do desenvolvimento sustentável
- Instituir a cultura de tolerância zero á violência domestica .



PERPECTIVAS

- Desenvolver ações concretas de cooperação entre os Estados Membros da CPLP, que despertem nas mulheres o interesse e a importância da sua **participação na política**, nomeadamente ações de capacitação e/ou fóruns de discussão subordinados aos temas: liderança e comunicação política; violência em tempo de eleições (antes, durante e após o ato eleitoral), entre outras ;
- Estabelecer **parcerias** para projetos e/ou ações com impacto real na vida das mulheres, tomando como boa pratica a parceria tripartida entre a CIG, o ICIEG e as NU para a conceção e execução do projeto piloto “Promoção da autonomia financeira e emocional das meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade na ilha do Fogo, Cabo Verde”, que também conta com o envolvimento dos agentes locais.

